

CARTA DA REGIÃO NORTE — BELÉM/PA

Nós, participantes do Fórum Brasil Criativo – Região Norte, reunidos em Belém/PA, no âmbito do tema *Panorama das Políticas Públicas de Cultura e Economia Criativa*¹, conclamamos o Brasil a reconhecer a urgência de colocar a cultura e a criatividade no centro do projeto de desenvolvimento nacional. Reafirmamos, ainda, a urgência da assinatura do Decreto que institucionaliza a Política Nacional de Economia Criativa — Brasil Criativo, como marco estruturante para garantir continuidade, coordenação e efetividade às ações no setor.

Apresentamos esta Carta como contribuição à construção e ao fortalecimento das estratégias e políticas públicas de Cultura e Economia Criativa, resultado de escutas qualificadas e diálogos sobre as realidades, potências e desafios da Região Norte/Amazônia.

Em um contexto de transformações tecnológicas, desafios ambientais e reconfigurações do mundo do trabalho, a Economia Criativa afirma-se como campo estratégico para articular cultura, inovação, cidadania cultural, soberania digital, pertencimento, geração de trabalho decente, renda digna e desenvolvimento sustentável, especialmente quando enraizada nos territórios.

O Fórum Brasil Criativo na Região Norte, realizado em Belém, não é por acaso. Região amazônica marcada pela confluência entre tradição e reinvenção, o Norte expressa, de forma singular, a diversidade cultural do Brasil, revelando a vitalidade de um território capaz de gerar múltiplas riquezas, evidenciadas na diversidade de bens e serviços culturais e criativos² produzidos por seu povo.

Pensar a Economia Criativa a partir da Amazônia implica reconhecer a centralidade da biodiversidade, dos saberes ancestrais, das culturas populares, do protagonismo de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, litorâneos e demais povos e comunidades tradicionais, bem como os desafios logísticos e as especificidades das dinâmicas urbanas e ribeirinhas, que também são periféricas — o chamado fator amazônico. Adicionalmente, cabe destacar a

¹ Para fins desta carta, a Economia Criativa é compreendida como o conjunto dos Ecossistemas Culturais e Criativos e seus sistemas de criação, produção, disseminação, difusão, distribuição, circulação, fruição, consumo, preservação, documentação e transmissão, nos quais os processos produtivos têm a dimensão simbólico-cultural como vetor estratégico da sua natureza e da geração de valor agregado aos seus bens ou serviços.

² Bens e serviços culturais e criativos: aqueles nos quais a prevalência da dimensão simbólico-cultural determina seu valor econômico, social, ambiental, cultural, político e humano;

importância do reconhecimento e valorização dos saberes locais para a construção do projeto de desenvolvimento do país.

Nesse sentido, recuperamos o pensamento de Celso Furtado para afirmar que o desenvolvimento é, essencialmente, um processo de invenção cultural. A criatividade brasileira, em sua diversidade regional, constitui ativo estratégico para a superação de desigualdades históricas e para a construção de caminhos originais de desenvolvimento.

Os debates realizados evidenciaram a necessidade de compreender a Economia Criativa como um campo que mobiliza saberes, identidades, formas de organização social e capacidades de invenção profundamente enraizadas nos territórios. Nós identificamos desafios estruturais que precisam ser enfrentados para que a Economia Criativa alcance todo o seu potencial transformador. Entre eles, destaca-se o fortalecimento institucional do Sistema Nacional de Cultura (SNC), com ênfase na necessidade de efetivação, nos estados e municípios da região, do “CPF da Cultura” (Conselho, Plano e Fundo), cuja implementação efetiva permanece como tarefa urgente para garantir a integração federativa e a continuidade das políticas públicas no setor.

Os diálogos realizados em Belém apontaram, ainda, a importância de aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de financiamento e fomento à Cultura e à Economia Criativa, diversificando os instrumentos para além dos editais, e reconhecendo que realidades distintas exigem diferentes estratégias de acesso a recursos envolvendo, inclusive, os bancos públicos, com destaque para os bancos de desenvolvimento regional, além dos bancos de economia mista e da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia). Há consenso quanto à necessidade de ampliar e diversificar as fontes de recursos e, principalmente, de garantir recursos permanentes a este setor, a exemplo da criação de um Fundo Nacional de Economia Criativa, entendendo que mecanismos de fomento contínuo são essenciais para o desenvolvimento do setor.

Os direitos autorais também são evocados como elementos fundamentais para garantir a soberania dos agentes culturais e criativos³ sobre seus produtos.

Ademais, o Marco Regulatório do Fomento à Cultura foi reconhecido como um avanço significativo na direção da desburocratização dos processos de contratação de agentes culturais e criativos e de seus empreendimentos, ao propor mecanismos mais adequados à diversidade dos sujeitos e das práticas culturais. Ressaltou-se, contudo, a necessidade de formação

³ Agentes culturais e criativos: aqueles que atuam, direta ou indiretamente, nos Ecossistemas Culturais e Criativos.

continuada de gestores públicos dos entes federativos para a adequada aplicação desses instrumentos, bem como a importância de que marcos regulatórios estaduais e municipais incorporem dispositivos semelhantes.

A experiência recente com as contratações para a COP30 evidenciou a desvalorização da Economia Criativa local, revelando a importância de políticas de compras públicas e de fomento que efetivamente considerem a participação de empreendedores locais. É fundamental a inserção de agentes culturais e criativos nos eventos governamentais realizados na região, fortalecendo os elos produtivos locais da cultura e da criatividade, evitando a reprodução de modelos que historicamente concentram oportunidades nos grandes centros.

A implementação plena do Sistema Nacional de Cultura permanece como desafio central. A articulação entre União, estados e municípios precisa ser continuamente qualificada, garantindo que as políticas públicas alcancem os territórios de forma capilarizada. A concentração de equipamentos culturais nos grandes centros urbanos contrasta com a necessidade de políticas territoriais que atendam às diferentes regiões e às comunidades tradicionais. A regionalização e municipalização das políticas e a adoção de recortes territoriais específicos são caminhos apontados por nós para enfrentar esse desafio.

Nesse contexto, reconhecemos o trabalho desenvolvido pelos Conselhos de Cultura em suas respectivas instâncias. O Conselho Estadual de Cultura do Pará, atualmente em processo de encaminhamento de proposições à Assembleia Legislativa, exemplifica a importância desses espaços de participação e controle social. Conselhos fortes e deliberativos são garantia de continuidade e qualificação das políticas públicas, para além das oscilações conjunturais.

A dependência tecnológica e a apropriação privada dos dados produzidos a partir das culturas locais configuram desafios contemporâneos que as políticas nacionais precisam enfrentar. Torna-se necessário desenvolver estratégias de soberania tecnológica e de gestão democrática dos dados, assegurando que os benefícios da economia digital sejam compartilhados de forma mais justa com os territórios que originam conteúdos e inovações.

Destacamos, ainda, a importância da construção do Plano Nacional de Economia Criativa - Plano Brasil Criativo, como instrumento fundamental para operacionalizar a política, promover a integração federativa e garantir uma visão estratégica de longo prazo. O Plano deve refletir as ações estratégicas formuladas por nós, durante o Fórum, assegurando que as especificidades regionais, especialmente da Região Norte, estejam efetivamente incorporadas, por meio do fator amazônico.

O Fórum evidenciou a necessidade de fortalecer os ambientes institucionais, financeiros e colaborativos, ampliando a articulação entre poder público, instituições financeiras, universidades, institutos federais, redes locais, empreendedores, coletivos e organizações comunitárias. Torna-se essencial avançar na construção de instrumentos mais acessíveis e aderentes às realidades territoriais, capazes de integrar financiamento, formação, circulação, comunicação, tecnologia e governança.

Entre as contribuições consolidadas, destacamos a importância de qualificar mecanismos de apoio e investimento, com maior sensibilidade às especificidades territoriais, bem como de produzir diagnósticos mais precisos, mapeamentos, plataformas colaborativas e estratégias de visibilidade que fortaleçam os Ecosistemas Culturais e Criativos⁴ locais.

Reafirmamos também a necessidade de aperfeiçoar os marcos institucionais e normativos, fortalecendo a coordenação entre os entes federativos e garantindo estabilidade às políticas públicas, tendo como referência a institucionalização da Política Nacional de Economia Criativa e sua implementação por meio do Plano Brasil Criativo.

A Região Norte evidencia que a Economia Criativa é especialmente potente quando articula memória e inovação, tradição e contemporaneidade, identidade e transformação. Incorporar essa inteligência territorial à Política Nacional de Economia Criativa é reconhecer que o desenvolvimento do Brasil passa, necessariamente, por seus territórios diversos, criativos e historicamente sub-representados.

Esta Carta soma-se ao processo nacional de construção da Política Brasil Criativo, reafirmando o compromisso com a cooperação, a escuta e a construção coletiva. A partir da Região Norte, contribuímos para o fortalecimento de uma política pública capaz de reconhecer, valorizar e projetar a criatividade brasileira como força estratégica para um desenvolvimento sustentável, inclusivo e diverso.

Belém/PA, 18 de março de 2026.

Fórum Brasil Criativo - Região Norte

⁴ Ecosistemas Culturais e Criativos: redes dinâmicas de criação, produção, disseminação, difusão, distribuição, circulação, fruição, consumo, preservação, documentação e transmissão, protagonizadas por agentes culturais e criativos, que geram valor econômico, social, ambiental, cultural, político e humano, tendo a infraestrutura e as condições institucionais como elementos de suporte ao seu desenvolvimento.